

Ensinamentos da experiência

► Luta Médica: Como o senhor vê a valorização do servidor público e do aposentado? É possível fazer um contraponto entre o que já foram as políticas de valorização e o que existe hoje?

Nelson Barros: Pode ser até que isso venha merecer crítica dos meus colegas, mas exigir, no Brasil, salário para o médico de R\$ 7 mil ou mais, para 20 horas, a mim se afigura como uma coisa inviável. Porque não há município que possa arcar com essa responsabilidade. No entanto, de modo geral, o médico é muito mal pago em todo o País. Aqui, na Bahia, eu vou tomar como ponto de partida o governo do professor Roberto Santos. Fez-se uma reclassificação do enquadramento, valorizando, eminentemente, títulos universitários. Diga-se de passagem, para ser justo, ele deu também 15 pontos a cada ano do médico do interior e 10 pontos a cada médico da capital, valorizando o tempo de serviço. Mas ele valorizou congressos, conferências, mesas redondas, simpósios, publicação de livro, artigos, revistas, isso e aquilo. Bom, o professor Roberto, na sua reclassificação, colocou os médicos em cinco níveis, dentre os quais eu me encontro.

► LM: Essa reclassificação data de quando?

NB: É de 7. Olha aqui (mostra documento), Nelson Barros, Adilson Sampaio, Carlos Kruchevsk e todos do nível 5, ou seja, topo da carreira. Em uma das minhas viagens ao interior, quando era secretário, em Entre Rios, um cidadão se aproxima de mim e diz: “Deixa eu lhe dar uma palavrinha doutor? Eu sou seu colega. Eu sou nível 1, vou me aposentar para o mês e nunca fui a nem um congresso”. Eu convoquei meus dois assessores e disse: “Vamos fazer uma reforma. Vamos valorizar a residência, a especialização, mas vamos valorizar também o tempo de serviço. Quem tiver 10 anos ou mais na profissão, passa pro nível 2”. O médico de Entre Rios tinha 35 anos de carreira. Nessa altura, me disseram numa reunião com um advogado: “Você se lembra quando fez sua reclassificação e nós ganhávamos, no nível 1, 10 salários mínimos?”. Hoje seriam R\$ 5.100,00. E não foi só para médico. Era para agente de portaria, motorista, assistente social, odontólogo, nutricionista, psicólogo e etc.

► LM: E o que está faltando hoje?

NB: Veja bem, quando eu me aposentei, passei para o nível 3. E eu era 5. Eu continuei no topo da carreira. A Constituição é desse jeito. Deramme mestrado e doutorado e, como se não fosse bastante, a Secretaria atual, com seu edital de concurso, colocou peso 3. Como você absorve um artigo de uma lei e desconsidera que o doutorado está acima? Então, tem que respeitar o tempo de serviço. Porque o decreto que regulamenta uma lei não tem força pra mudar a Constituição. Se a lei não muda, o que dirá o decreto. O artigo I, isso já em 2005, a lei é de 2002, o que diz? Mestrado e doutorado nivelados? Agora, olha o que diz o artigo 15. Não pode uma lei secundária revogar a Constituição Federal.

► LM: E o atual governo pode ser responsabilizado por essa situação?

NB: O pecado da administração atual não é concernente ao secretário Solla e ao governador Jaques Wagner. E, sim, a quem fez a lei e induziu a ambos a assinarem um ato inconstitucional que provocou o caos na administração: a Saeb. Eu não quero nem me encontrar com esses sujeitos. Porque, francamente, eu vou ter que dizer que era uma questão de respeitar a Constituição. Quem se aposentou até 1998 teve seus direitos

respeitados pela Constituição Federal EC/98. Rapaz, é uma brincadeira essa Procuradoria Jurídica. Olha só no Tribunal de Contas do Estado: as melhorias posteriores às datas de aposentados até 98 deverão ser incorporadas, independentemente do órgão. Olha o artigo 132. Aí vem um gaiato e diz: você não pode ser “promovido”. Não é promoção. É reclassificação, enquadramento, isonomia. O que se está precisando é disso.

► LM: Pela documentação que o senhor mostra, não precisava de muito para ver que o que a Saeb faz está errado.

NB: Não há dúvida. Pô, vale para a Procuradoria, para a Defensoria Pública, para Técnicos e Analistas Universitários, só não vale para os aposentados da Sesab, que talvez não pertençam ao serviço público na visão míope da SAEB

► LM: Como o senhor vê o uso político da Saúde, que muitos gestores fazem?

NB: Certa feita, recebi um telegrama de uma pessoa que eu tenho estima, Michel Hagge, de Itapetinga. Ele passou um telegrama para o Ministro da Saúde, dizendo que eu não dava medicamentos aos prefeitos. Ou melhor, que eu privilegiava os prefeitos da política mandante. Mandeí um telegrama direcionado ao diretor da Dires, que distribuiu com os colegas médicos. Os prefeitos que distribuíam, porque habitualmente eles usavam os medicamentos para conquistar votos.

► LM: Essa postura não produzia inimigos?

NB: Tive a inimizade do presidente da Assembleia, durante muitos anos, porque queria a transferência de um rapaz de Valença, todo mês, de um lugar para outro. Primeiro, o presidente da Assembleia me pede para transferir para Cotegipe. Seis meses depois, me pediu para trazê-lo de volta. Ele estava em Cotegipe e ia para outra cidade, se não me engano. Daqui a pouco – pela terceira vez -, agora pedindo para ele voltar para Cotegipe. Eu chamei o rapaz e perguntei: “O que está acontecendo?”. Ele respondeu: “É que eu mudei de partido e minha mulher também”. Ele queria separar os dois mandando para lugares diferentes. Aí cheguei pro governador: “Não faço isso. Nunca fiz uma malandragem desse nível”. João disse: “Vai para a gaveta, doutor Nelson”. Eu tinha toda liberdade com ele e ele comigo. Moral da história: o deputado deixou de falar comigo por dois anos. Nessa mesma época, eu tive um convite para representar o Brasil e, sobretudo, a Bahia, no Primer Encuentro de la Salud Publica en la América Latina, em Buenos Aires. Porque a Bahia foi a primeira capital do país onde um secretário inaugurou um hospital de 500 leitos. Quando estou lá, duas horas da manhã o telefone toca no hotel. Era o doutor Cândido Gonçalves Costa Pereira, meu chefe de gabinete. “Nelson, sobre aquele processo do rapaz de Valença, estão querendo resolver na sua ausência”. Eu falei: “Estou voltando”. Liguei para o governador. Acordei o governador e contei sobre o ocorrido: “estou em Buenos Aires, você sabe”. “Doutor Nelson, não se preocupe, deixo o processo na sua gaveta”.

► LM: Como foi ser secretário de saúde sem militância partidária?

NB: Eu assumi a Secretaria no governo João Durval, sem nunca ter me filiado a um partido, o que não constitui uma crítica aos partidos políticos, embora mereçam, quase todos. A verdade é que eu dava primazia a recuperar, por exemplo, as unidades de saúde. Porque a gente sabia, e sabe até hoje, que, em cada dez pacientes, sete tem seus problemas resolvidos nos postos ou centros de saúde. A prevenção é tudo. O posto de saúde é a unidade primordial. Mas, a medicina isolada não funciona. Eu digo, há muitos anos, que é uma

aventura muito seria você enfrentar, num país como o nosso, as questões de saúde, justiça, segurança e educação.

► LM: E o seu posicionamento político, como se define?

NB: Eu tive um irmão que foi comunista, Antonio Barros. Ele foi do tempo de Manoel Gerônimo, Gerson Mascarenhas, Aristeu Nogueira, Jaime Maciel, Mário Alves, Giocondo Dias, todos do PCB. Antonio era professor de literatura e crítica literária e morou quatro anos na Alemanha. Um homem com uma visão de universidade fantástica. Uma vez, ele me disse: “Meu irmão, eu tenho inveja de você duas vezes”. Eu disse: “mas rapaz, você é um homem brilhante”. Ai ele disse, quem não foi comunista até os 21 anos, meu irmão, não tem coração. Quem continuou depois dos 21 anos e depois de 1957, com o Relatório Krushev, é burro. Ele era um cara de muito espírito. Então, minha visão política é que se eu pudesse fazer vingar, uma coisa inacessível, como é o socialismo, eu faria.

► LM: Como era sua participação nas campanhas e nas eleições?

NB: Eu fiz duas campanhas pra Waldir Pires. A primeira, aberta e larga, contra Lomanto. Não tinha nada de pessoal contra Lomanto. Eu achava que Waldir era o melhor. Eu, Amarilio Matos, Jayme Guimarães, Flávio Guimarães, que era advogado de quase todos os presos políticos desta terra, e Antonio Ávila, que foi colega de turma de direito de Waldir, que era meu compadre. Com um fusquinha vermelho que eu tinha, a gente rodava por esse interior. Mas, perdemos a eleição. Quando chegou no início de 86, veja o que é a vida, eu era médico dos netos de Josaphat Marinho, uma figura queridíssima minha, da maior respeitabilidade. Mas optei por votar em Waldir, pela segunda vez. Meu amigo Waldir, que eu posso chamar assim, embora não sejamos íntimos, o que faz? Com dois anos e pouco, deixa o governo, tentando ser vice de Ulisses. Aí morreu Ulisses.

► LM: E as suas realizações como secretário de Saúde? Fale um pouco sobre esse trabalho.

NB: A propósito, eu disse a você no início desta conversa que eu me sentia privilegiado na unidade de saúde. Mas, eu peguei no chão com o hospital Clériston Andrade. O hospital não tinha nada levantado. Fiz, inaugurei o hospital, como hospital regional, que atende a 46 municípios. Lá pelas tantas, eu moro ali na Graça, eu digo: vamos fazer um novo Pronto Socorro do Estado, o HGV. Cheguei pra João Durval e disse: “Governador, ali tem Maristas, tem o Icba, Escola de Teatro, tem isso, tem aquilo, tem Lacen. Uma pessoa vindo pra emergência de Itapagipe ou de Itapuã, pra chegar ali no horário do pessoal pegar os filhos (nas escolas) não dá. Vamos colocar na Vasco da Gama (onde é hoje)”. Pois bem, conseguimos o dinheiro todo pra construir o hospital. Vendemos o Lacen, o antigo Pronto Socorro eu doe (representando o governo) à Universidade, para os neurológicos crônicos de acidente vascular cerebral, que ficavam jogados tomando leitos no Hospital Getulio Vargas, e para os ortopédicos, cujas famílias eram do interior e, praticamente, ficavam desassistidas aqui. Saí do governo em janeiro e inaugurou-se isso um ano e meio depois, com Waldir. Aliás, inaugurou-se já com Nilo Coelho, o secretário era Luis Carlos Calmon Teixeira. Se você for lá, não vê meu nome, não vê que começou no governo João Durval. Mas, se for a Feira de Santana vai ver o nome de Jorge Novis que, apesar de eu encontrar no chão, a ideia foi deles, começou com ele. Mandava a ética que eu assim procedesse.

► LM: Ética é uma questão de educação. Como foi a sua formação?

NB: Eu ensinei muito antes de entrar na faculdade. No Ginásio da Bahia, fui professor de física por concurso. Minha história de médico é das mais simpáticas pra mim, porque eu adoro minha profissão. Mas, eu tenho uma segunda profissão, talvez até haja um empate entre elas. Eu levei 50 anos no magistério. Comecei a ensinar no Ginásio Brasil. Antes de entrar na faculdade, eu ensinava latim, matemática e ciências. Ensinava para o supletivo, no Ítalo Gaudenzi, tio deste rapaz Sérgio Gaudenzi. Quando eu estava no segundo ano de medicina, o professor Carlos Geraldo Oliveira me disse: “Meu filho, venha cá. Eu quero que você me acompanhe, porque vou lhe indicar para me substituir no Ginásio da Bahia, como professor de física.”

► LM: E na Universidade?

NB: Havia doutoramento, com três anos de formado, e docência, com cinco anos de formado e cinco trabalhos publicados. Eu tinha, aí fiz a docência, em 73. Osanah se aposentou em 72, em 74 eu fiz a cátedra de pediatria, que consegui dividir em quatro. Levei 20 anos para conquistar isso. E olhe que São Paulo, na USP, são seis, Belo Horizonte também são seis cátedras de pediatria. Agora, em relação à puericultura, vocês podem dizer que doutor Nelson está queixoso pela má informação que se acabou divulgando na Bahia, quando se persiste em ambas as escolas, tanto na Baiana, quanto na Federal.

Ah, outra coisa, dizem que a pediatria é especialidade médica. A pediatria nunca foi especialidade médica. É uma área do conhecimento médico, é uma das filhas da clínica médica: puericultura e geriatria. Um colega, há uns dois ou três meses atrás, na revista Muito, disse que, depois da morte de Martagão Gesteira, tinha acabado a pediatria na Bahia. Esse rapaz nunca vai a congresso, nunca se atualizou em nada. E faz uma declaração dessa. Ele sabe que eu fiz pediatria preventiva e social. E não é Nelson Barros só. Ele tem que lembrar que no Hospital Martagão Gesteira, linha 21, continuaram ensinando a Puericultura até os dias atuais. Ocupo na Academia Brasileira de Pediatria a cadeira do Martagão. E, modéstia à parte, fui eleito o primeiro presidente por unanimidade. Os votos vieram até de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais.

► LM: O senhor recebeu homenagens durante sua carreira. Lembre uma delas.

NB: Acho que isso tem uns dez anos, talvez. Uma noite, eu estou em casa e o telefone toca: “Professor”. “Quem fala?” “É seu colega Solla”. “Estou mandando um convite para o senhor ficar aqui três dias, em Conquista, e a passagem de avião”. Rapaz, quando eu cheguei em Conquista, vi os avanços da administração pública. Gente do Paraná, de Alagoas, de Pernambuco. No terceiro dia, cinco horas da tarde, da ponta de uma rua a outra, enorme: inauguração da Clínica da Família Professor Nelson Barros. Doutor Solla me fez essa surpresa. Homenagem não se pede, mas também não se recusa. Um dia, fazendo uma das viagens até Itapetinga, também encontrei um posto de saúde chamado Professor Nelson Barros, em Itambé.